

DA TERRA À MESA: PRODUÇÃO PARA AUTOCONSUMO E A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Áline Mayara Ferreira Bellé¹

 <https://orcid.org/0000-0001-6681-3168>

Hieda Maria Pagliosa Corona²

 <https://orcid.org/0000-0003-1790-5423>

RESUMO

O artigo foi construído a partir dos resultados da pesquisa realizada no âmbito do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da UTFPR - Campus de Pato Branco, entre os anos de 2020 e 2021. O objetivo é analisar como as famílias agricultoras do município de Ampére, no sudoeste do Paraná, compreendem a relação da sua produção de alimentos destinada ao autoconsumo com a Segurança Alimentar e Nutricional. A pesquisa qualitativa foi realizada por meio de entrevistas com famílias agricultoras que revelaram a diversidade de situações produtivas e socioeconômicas do município (10 famílias), com base em formulário semiestruturado e registro em diário de campo. A produção de autoconsumo para essas famílias tem relação com a qualidade do alimento, saúde, tradição/cultura, economia e afetividade. Os alimentos por eles/elas produzidos são valorizados por possuírem uma qualidade nutricional superior aos alimentos comprados, pela confiança no saber-fazer tradicional e na ausência de agrotóxicos, retratando uma segurança ontológica. A produção de autoconsumo é, também, um elemento capaz de fortalecer o vínculo da família com o lugar em que vive e de dar continuidade à sua tradição em produzir alimentos para a família, assumindo um papel de resistência a partir da reflexividade que incorpora a crítica aos alimentos/produtos industrializados, em especial os ultraprocessados, mesmo quando, por vezes, fazem parte de compras destinadas às crianças, ao mesmo tempo procuram manter seu modo de viver – do plantar, colher e consumir seu próprio alimento –, o que denota maneiras de se manterem seguros frente às incertezas e riscos dos alimentos “modernos”.

Palavra-chave: Agricultura Familiar, Reflexividade, Alimento Saudável.

FROM EARTH TO TABLE: PRODUCTION FOR SELF-CONSUMPTION AND FOOD AND NUTRITIONAL SECURITY

ABSTRACT

The article was built from the results of research carried out within the scope of the Postgraduate Program in Regional Development at UTFPR - Pato Branco, between 2020 and 2021. The objective is to analyze how agricultural families in the municipality of Ampére, in southwestern Paraná, understand the relationship of their food production for self-consumption with Food and Nutritional Security. The qualitative research was carried out through interviews with farming families that revealed the diversity of productive and socioeconomic situations in the municipality (ten families), based on a semi-structured form and records in a field diary. The production of self-consumption for these families is related to food quality, health, tradition/culture, economy and affectivity. The food they produce is valued for having a higher nutritional quality than purchased food, for their trust in traditional know-how and the absence of pesticides, portraying ontological security. The production of self-consumption is also an element capable of strengthening the family's bond with

¹ Mestrado em Desenvolvimento Regional pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Bacharel em Nutrição. E-mail: mayaferreiral@gmail.com.

² Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Pós-doutorado em Desenvolvimento Rural. Professora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), E-mail: pagliosa@utfpr.edu.br.

the place in which they live and of continuing its tradition of producing food for the family, assuming a role of resistance based on the reflexivity that incorporates criticism to foods/industrialized products, especially ultra-processed ones, even when sometimes they are part of purchases for children, at the same time they try to maintain their way of life – from planting, harvesting and consuming their own food –, which denotes ways to remain safe in the face of the uncertainties and risks of “modern” foods.

Keywords: Family Farming. Reflexivity, Healthy Food.

DE LA TIERRA A LA MESA: PRODUCCIÓN PARA EL AUTOCONSUMO Y SEGURIDAD ALIMENTARIA Y NUTRICIONAL

RESUMEN

El artículo se construyó a partir de los resultados de una investigación realizada en el ámbito del Programa de Posgrado en Desarrollo Regional de la UTFPR - Campus Pato Branco, entre 2020 y 2021. El objetivo es analizar cómo las familias agrícolas del municipio de Ampére, en el suroeste de Paraná, comprender la relación de su producción de alimentos para el autoconsumo con la Seguridad Alimentaria y Nutricional. La investigación cualitativa se realizó a través de entrevistas a familias campesinas que revelaron la diversidad de situaciones productivas y socioeconómicas de la ciudad (10 familias), a partir de un formulario semiestructurado y un diario de campo. La producción de autoconsumo de estas familias está relacionada con la calidad alimentaria, la salud, la tradición / cultura, la economía y la afectividad. Los alimentos que producen se valoran por tener una calidad nutricional superior a los alimentos comprados, por su confianza en el saber hacer tradicional y la ausencia de pesticidas, lo que retrata la seguridad ontológica. La producción de autoconsumo es también un elemento capaz de fortalecer el vínculo de la familia con el lugar en el que vive y de continuar su tradición de producir alimentos para la familia, asumiendo un rol de resistencia basado en la reflexividad que incorpora la crítica a los alimentos / productos industrializados, especialmente los ultraprocesados, aun cuando en ocasiones forman parte de compras para niños, al mismo tiempo tratan de mantener su forma de vida -desde plantar, cosechar y consumir sus propios alimentos-, lo que denota formas de mantenerse seguros. Ante las incertidumbres y riesgos de los alimentos “modernos”.

Palabra-clave: Agricultura Familiar, Reflexividad, Comida Sana.

INTRODUÇÃO

A produção para autoconsumo, segundo Grisa (2007), trata-se de um elemento integrante do modo de vida da agricultura familiar, e não o que “sobrou da tradição”, sendo um instrumento potencial para o desenvolvimento rural local e para a redução da vulnerabilidade e da insegurança alimentar das famílias, contribuindo para minimizar a pobreza no meio rural (Gazolla, 2004). Como cita Rosset (2004), para propiciar que as famílias agricultoras diminuam a sua vulnerabilidade frente ao mercado, à pobreza e à fome, são necessários o incentivo e a manutenção da produção para autoconsumo, assim como do desenvolvimento local. Segundo o mesmo autor, o que se vislumbra no cenário atual é a falta de incentivo à manutenção da produção para o autoconsumo, e uma supervalorização da exportação de grãos e *comodities*, o que contribui para o desenvolvimento de

economias distantes³, deixando vulneráveis as comunidades locais, em especial os/as agricultores/as familiares.

No cenário brasileiro, o projeto técnico de financiamento elaborado pelos órgãos de assistência e extensão rural, tanto pública, quanto privada, como afirmam Gazolla e Schneider (2013), quase sempre priorizaram a produção de milho, soja, fumo, ou outra atividade agrícola, em geral aquelas com disponibilidade de crédito, o que impulsiona a tendência à especialização do agricultor familiar, em detrimento, por exemplo, da manutenção da diversificação de atividades e produtos de seu sistema produtivo, ou mesmo o plantio dos cultivos e criações voltados à alimentação da família. Esses, em especial, encontram-se em um ambiente que vem, ao longo do tempo, sendo transformado, ora desestruturando modos de vida tradicionais, devido, em grande parte, às forças motrizes da modernização e globalização do século XXI, ora resistindo a esse modelo. E, no que se refere à alimentação em relação à produção para autoconsumo, é importante compreender que a face atual da modernidade trouxe consigo adaptações e rupturas no modo de produzir e consumir os alimentos.

Com a industrialização do sistema agroalimentar, houve uma profunda modificação desde a urbanização até a alimentação. A produção da indústria alimentar modificou o alimento e esta mudança gerou confrontos e discussões sobre a qualidade dos alimentos industriais (ultraprocessados), a ponto de serem considerados insípidos, sem sabor, descaracterizados e, inclusive, perigosos (Hernández, 2005). Colaborando com esta discussão, Fonseca *et al.*, (2011) cita que a nova ordem dos alimentos industrializados tende a se padronizar e homogeneizar, levando a uma mundialização dos gostos e dos costumes alimentares.

Diante desse cenário, Menasche, Marques e Zanetti (2008) citam que cultivar, colher e consumir o alimento proveniente da sua própria terra é o mecanismo pelo qual as famílias agricultoras asseguram a sua autonomia, a segurança alimentar e dão continuidade à sua identidade e reprodução social. Tais análises refletem a importância de estudos e pesquisas sobre autoconsumo de agricultores/as familiares, para que se compreenda a relação de aspectos da produção para o autoconsumo e as práticas alimentares, pois a segurança alimentar e nutricional, em suas várias dimensões, está relacionada ao acesso regular e constante aos alimentos de qualidade, em quantidades suficientes, sem comprometer as outras necessidades básicas, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde (Consea, 2010).

No campo, a insegurança alimentar pode ser percebida de acordo com alguns aspectos (Rigon *et al.*, 2010, p.73-74), sendo estes: a redução na produção para autoconsumo em detrimento de *commodities* e explorações florestais; perda do hábito do consumo de alimentos nativos e dependência de compra de alimentos em centros urbanos; abandono de práticas alimentares tradicionais; má

³ Refere-se à economia globalizada e às cadeias agroalimentares longas, que acumulam recursos em geral para algumas economias distantes (países, agroindústria).

qualidade da alimentação em função do baixo valor nutricional; a presença de contaminantes químicos, pela fome e falta de alimentos, e problemas nutricionais da população.

Essas questões estão relacionadas às críticas às transformações no sistema agroalimentar, à excessiva industrialização da agricultura e suas consequências sociais e ambientais, o que vem ampliando o significado sobre o tema. Trabalhos como os de Dorigon et al., (2020), Pereira (2014), Duval (2010), Rigon et al., (2010), Menasche (2007), Grisa (2007) e Gazolla (2004) são alguns exemplos que têm destacado principalmente a contribuição da produção para autoconsumo na segurança alimentar e nutricional, e a correlação com a manutenção da identidade social dos/as agricultores/as. Com o intuito de contribuir com esses estudos, este artigo tem como objetivo analisar como as famílias agricultoras do município de Ampere, sudoeste do Paraná, compreendem a relação da sua produção de alimentos, destinada ao seu autoconsumo, com a Segurança Alimentar e Nutricional.

Assim, compreender a produção para o autoconsumo é considerar que ela se vincula a um processo social importante para o desenvolvimento local, e atende à crescente relevância acadêmica do tema da segurança alimentar e nutricional, do combate à pobreza rural, da crescente preocupação com a questão ambiental (como a manutenção da biodiversidade), e da saúde pública, relacionada às doenças crônicas não transmissíveis (como a obesidade). Tais aspectos ligam-se diretamente com os objetivos do desenvolvimento sustentável na agenda do milênio proposta pela ONU, pois contemplam os objetivos 2 e 12 da agenda 2030 (ONU, 2015), sendo eles respectivamente: acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição, promover a agricultura sustentável e assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis que respaldam a importância da agricultura familiar e sustentável, dando ênfase a pequenos produtores de alimentos, particularmente mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores; e promover a Segurança Alimentar e Nutricional, com padrões de produção e de consumo sustentáveis, que recolocam na agenda acadêmica a produção de alimentos para o autoconsumo como um importante mecanismo de desenvolvimento local.

Desse modo, a manutenção da produção para o autoconsumo é uma das formas de resposta alternativa aos diversos impactos e incertezas que decorrem da agricultura moderna, como: os problemas ambientais, a insegurança alimentar, as doenças crônicas não transmissíveis, o aumento do consumo de alimentos ultra processados, os quais atingem tanto a área urbana, como também os/as agricultores/as familiares.

Este artigo está estruturado em quatro seções, além desta introdução inicial. A primeira seção apresenta o caminho metodológico. A segunda seção se destinou a expor o referencial teórico; a terceira apresenta os resultados e a discussão, e, por fim, são apresentadas as considerações finais.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

O percurso teórico-metodológico está apoiado na abordagem qualitativa, realizada por meio de entrevistas às famílias, com base em formulário semiestruturado e registros em diário de campo. Tem caráter transversal, com base em uma amostra selecionada, a fim de descrever uma população nesse determinado momento (Richardson, 2010). As entrevistas ocorreram entre dezembro de 2020 e fevereiro de 2021. As perguntas abertas das entrevistas foram gravadas com auxílio de um gravador e realizadas pela própria pesquisadora, com a autorização do participante (agricultor/a), em que os agricultores/as tiveram a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão, sem se prender estritamente à indagação formulada (Minayo, 2010). Minayo (2010) justifica que a entrevista é uma fonte de informação que fornece dados que tratam das vivências e subjetividades dos interlocutores. Para analisar as falas, foi realizada uma análise de conteúdo (Bardin, 2016, p.123) a partir de categorias que emergiram nas falas dos agricultores/agricultoras. O formulário de pesquisa foi elaborado com base no instrumento desenvolvido pela V turma do doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, da Universidade Federal do Paraná (Corona, 2006), ampliado e modificado à luz dos objetivos da presente pesquisa.

Para responder ao objetivo em questão, além das informações mais gerais que constam no formulário (total de questões: 24), as perguntas que nortearam as análises aqui realizadas foram: (1) O que é alimento saudável para você e sua família? Você acha que a produção para o autoconsumo tem alguma relação com a alimentação saudável? (2) A produção de alimentos para o autoconsumo é importante para sua família? Por quê? (3) Você está satisfeito/a com a quantidade de alimentos produzidas para o autoconsumo? Pretende modificar a quantidade produzida no futuro? (4) Tem ou teria alguma situação que deixaria de produzir para o consumo próprio? (5) Explique o que significa para a sua família produzir alimentos para o autoconsumo.

A pesquisa foi realizada no município de Ampére, que pertence à região Sudoeste do Paraná. O município possui uma população estimada de 19.311 pessoas (IBGE, 2020), com índice de desenvolvimento humano municipal - IDHM de 0,709 (2010). Segundo dados do último censo (IBGE, 2020), existem 4.455 famílias na área urbana, e, de acordo com o Iparde (2018), 1.453 famílias na área rural. O censo de 2017 (IBGE, 2020) revela ainda que há 1.185 estabelecimentos agropecuários na região. Os poucos achados de estudos sobre a história do município e de seus sistemas produtivos revelam que a economia de Ampére, entre as décadas de 1940 a 50, era assentada sobre três pilares: a agricultura, a suinocultura e a madeira. Os primeiros habitantes foram caboclos, que plantavam milho e feijão para a subsistência e para o trato de suínos e cavalos de montaria. A base do campo era na pequena propriedade, através do cultivo artesanal, com parte destinada para a subsistência e parte para comercialização (Silva, 2020).

Os participantes desta pesquisa foram as famílias pertencentes à agricultura familiar, uma vez que são eles os atores sociais que detêm o conhecimento, a história, e possuem, em tese, a cultura alimentar relacionada à produção de autoconsumo – objeto de análise deste estudo. Segundos dados do Instituto Paranaense de Técnica e Extensão Rural - EMATER (2018), são 1.191 famílias agricultoras familiares no município. Para este estudo, foram entrevistadas 10 famílias agricultoras que revelaram uma relativa diversidade de sistemas produtivos e de dinâmicas socioambientais, e, tendo em vista que o município apresenta majoritariamente a presença da produção de leite, houve a demanda de uma busca meticulosa para encontrar tal diversidade. Participaram ativamente da pesquisa os que se identificaram como responsáveis pela unidade familiar (2 mulheres e 5 homens) e, em três famílias, foi o casal que respondeu às perguntas, totalizando assim 13 respondentes (pela família), sendo 5 do gênero feminino (F) e 8 do gênero masculino (M), como demonstrado no quadro 1. Para manter o anonimato, eles/as foram enumerados e, nos casos em que há a presença do cônjuge, adotamos a manutenção do número com o acréscimo da letra A.

Quadro 1 – Identificação dos agricultores/as entrevistados, e seus segmentos produtivos agrícola, 2019/2020

Identificação	Segmento produtivo agrícola	Gênero
Entrevista 1	Leite e Melancia	M
Entrevista 2	Leite	M
Entrevista 3	Leite e Fumo	M
Entrevista 3A		F
Entrevista 4	Peixe, hortifrutis e Mel	M
Entrevista 5	Cana de açúcar	M
Entrevista 5A		F
Entrevista 6	Avicultura e sojicultura	F
Entrevista 6A		M
Entrevista 7	Produtor de queijo	M
Entrevista 8	Produtor orgânico de hortifruticultura e ovos	F
Entrevista 9	Leite	F
Entrevista 10	Produtor Agroecológico de frutas e ovos	M

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Em relação ao número de entrevistados,

o objetivo fundamental não reside na produção de opiniões representativas e objetivamente mensuráveis de um grupo; o enfoque está no aprofundamento da compreensão de um fenômeno social por meio de entrevistas em profundidade e análises qualitativas da consciência articulada dos atores envolvidos no fenômeno (Richardson, 2010, p.102).

O processo de escolha dessas famílias se deu pela diversidade de sistemas produtivos e das questões socioambientais, com auxílio de técnicos extensionista da EMATER do município de Ampére. Desta maneira, a escolha dessas famílias nos permitiu olhar para as diferenças, no que se refere à diversidade da pauta alimentar e produção para autoconsumo. Para realizar esta pesquisa, a

mesma passou pela aprovação do comitê de ética em pesquisa (CAAE:29497920.9.0000.5547), para a qual os agricultores/as, ao aceitarem participar, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido -TCLE.

DA MODERNIZAÇÃO REFLEXIVA À REFLEXIVIDADE

Os aspectos teóricos que orientaram a escrita deste artigo foram selecionados com base na crítica à modernização da agricultura familiar brasileira, a partir do campo teórico da modernidade reflexiva. Tal escolha deu base para a realização de uma análise triangulada entre as pressões, desde a lógica de produção e consumo ligadas ao mercado hegemônico, à capacidade de agência dos agricultores/as familiares e às estratégias de autoconsumo como espaço de resistências. Na sequência, procuramos abarcar a segunda grande temática em discussão, que é Segurança Alimentar e Nutricional, em especial no campo da agricultura, no que tange aos aspectos relacionados ao autoconsumo. Tal escolha levou em conta não apenas o campo técnico da área da Nutrição (área de formação da autora), mas um embasamento teórico neste campo, articulado com o da sociologia rural.

Quando os efeitos da modernização emergem, diz Beck (2011, p. 24), o indivíduo torna-se “reflexivo”, convertendo-se a si mesmo em tema e problema, pois, quando as pessoas tomam consciência das ameaças e dos problemas e danos produzidos por elas, estas são capazes de abalar as suposições fundamentais da ordem social convencional, vindo a se tornar uma sociedade autocrítica. A reflexão é individual, já a reflexividade, para Giddens (2012), está envolvida com todos na sociedade industrial e tem relação direta com as condições em que vivemos, que são cada vez mais o resultado de nossas próprias ações. Para Beck, a reflexividade, implica não apenas reflexão, mas (antes) autoconfrontação, pois, ocorre de forma indesejada, inesperada e compulsiva no despertar do dinamismo autônomo da modernização, seguindo o padrão dos efeitos colaterais latentes (Beck, 2012, p. 18). A modernização reflexiva não é a ruptura de um sistema, mas sim um fenômeno, que, para Beck (2012), em virtude do seu inerente dinamismo, faz a sociedade moderna engendrar e/ou modificar as formações de classe, camadas sociais, ocupações, papéis dos sexos, família nuclear, agricultura, setores empresariais e também os pré-requisitos e as formas contínuas do progresso técnico-econômico, em que o progresso pode se transformar em autodestruição, e no qual um tipo de modernização destrói o outro e o modifica.

O sistema hegemônico da produção de alimento, por exemplo, voltado à industrialização e às grandes corporações dos impérios agroalimentares (Ploeg, 2009), que promovem o consumo de alimentos ultraprocessados⁴, passa a ser problematizado e autoconfrontado, tanto por consumidores,

⁴ Alimento ultraprocessado: são formulações industriais feitas inteiramente ou majoritariamente de substâncias extraídas de alimentos (óleos, gorduras, açúcar, amido, proteínas), derivadas de constituintes de alimentos (gorduras hidrogenadas, amido modificado) ou sintetizadas em laboratório com base em matérias orgânicas, como petróleo e carvão (corantes, aromatizantes, realçadores de sabor e vários tipos de aditivos usados para dotar os produtos de propriedades sensoriais

quanto pelos/as agricultores/as, que passam a questionar a segurança desses alimentos modificados, seja pelos organismos geneticamente modificados, seja pelos produzidos com uso de agrotóxicos e insumos industriais, além de contaminações da água e solo, e desflorestamento, o que se caracteriza como uma autoconfrontação com os danos ambientais, sociais e com a própria saúde. Portanto, a reflexividade passa a alterar a segurança prescrita pela modernidade, pelos sistemas peritos e pela ação política institucional, abrindo espaço para questionar e indicar alternativas que emergem a partir da ação política dos atores sociais.

Emerge, então, a partir desse contexto da modernidade reflexiva, a questão: quais são os efeitos visíveis até hoje produzidos pela e sobre a agricultura? É possível perceber que algumas implicações se destacam: especialização; industrialização; modificações genéticas (animal e vegetal); tecnificação dos meios produtivos; destruição de solo; diminuição da diversidade de grãos e sementes nativas/crioulas; desigualdade social; insegurança alimentar; propagação de uma cultura alimentar hegemônica e produção agrícola voltada, principalmente, para a produção de *commodities*, o que coloca em risco tanto o ambiente, quanto a biodiversidade alimentar e a segurança alimentar para as gerações futuras.

Nesse contexto, os modos tradicionais da agricultura vieram sendo transformados. Para Giddens (2012, p.90), durante a maior parte da história, a modernidade reconstruiu a tradição enquanto a dissolvia. Ao pensar na tradição da agricultura familiar, entendemos que este aspecto se refere às crenças e valores, formas de comunicação direta, laços comunitários, estrutura familiar e conhecimentos passados através das gerações, nos quais as famílias se baseavam para desenvolver suas ações e as configurações sociais que regulavam a vida cotidiana.

Para Lamarche (1993), esses agricultores de base familiar são portadores de uma tradição cujos fundamentos são dados pela centralidade da família, pelas formas de produzir e pelo modo de vida. No entanto, tem a capacidade de se adaptar às condições modernas de produzir e de viver em sociedade, uma vez que todos, de uma forma ou de outra, estão inseridos no mercado moderno e recebem a sua influência. Um mercado que tanto pode possibilitar a manutenção da agricultura familiar, quando essa, não perde sua capacidade de agir orientada por uma combinação de saberes modernos e saberes tradicionais, dado os limites tanto daqueles que são impossibilitados de acessar recursos para se adaptar (mesmo que em parte), como aqueles que aderem totalmente ao mercado monopolizado e sofrem os reveses quando destinam todos os seus recursos humanos e ecológicos para essa lógica.

atraentes). A composição nutricional desbalanceada inerente à natureza dos ingredientes dos alimentos ultraprocessados favorece doenças do coração, diabetes e vários tipos de câncer, além de contribuir para aumentar o risco de deficiências nutricionais (Brasil, 2014).

Nesse sentido, o debate sobre o autoconsumo também se apresenta através de diferentes olhares. O autoconsumo, como o lugar do atraso e do periférico, ou como acessório à produção que interessa ao mercado hegemônico, invisibiliza sua importância tanto para a família como para o acesso a outros mercados, principalmente os de cadeias curtas (feiras, mercados institucionais, entregas diretas, etc.), fragilizando a manutenção da agricultura familiar. Tais elementos suscitam questionamentos, entre eles: qual o lugar do autoconsumo na dinâmica da agricultura familiar em que tradição e modernidade estão presentes e configuram seu modo de vida?

Para a agricultura familiar que se moderniza, diferente da organização econômica das famílias camponesas em que o autoconsumo ocupava uma posição central, o autoconsumo passou a ser considerado como uma produção complementar, dividindo o tempo e o espaço com a produção mercantil de *commodities* agrícolas, assumindo, assim, novas atribuições. Na agricultura familiar camponesa tradicional, observava-se certa centralidade em relação a esses aspectos, como o caráter familiar que se expressa nas práticas sociais, que, por sua vez, implicavam uma associação entre patrimônio, trabalho e consumo no interior da família, e que orientavam uma lógica de funcionamento específica (Wanderley, 2003; Lamarche, 1993), com graus variados de inserção no mercado, de forma complementar. Grisa e Schneider (2008), entre outros, afirmam que, em decorrência dessa inserção nos mercados, aquilo que era, antes de tudo, um modo de vida, transformou-se numa profissão, uma vez que camponeses se tornaram agricultores(as) familiares. Por outro lado, como diz Seyferth (2011), apesar da ligação mais próxima da cidade e do campo, agricultor(a) e agroindústria, através do enraizamento da modernização da agricultura, que outrora era praticamente inexistente, propiciou novas categorias sociais e outras formas de subordinação no meio rural, isso não trouxe o proclamado fim do campesinato.

Assim, na agricultura familiar, é possível identificar continuidades e descontinuidades no processo de modernização e no contexto da produção para o autoconsumo, pois o que definia o campesinato tradicional, por exemplo, era a venda que ocorria a partir do excedente do consumo das pessoas e dos animais; com a modernização, muda em parte essa configuração, provocado pelas pressões do mercado, que busca redefinir o modo de operar a produção e o consumo. Mas, por outro lado, nesse processo, também é possível observar continuidades de aspectos da tradição na produção e provimento de alimentos para autoconsumo da família (Corona, 2006). Isso ocorre porque, ao mesmo tempo que a modernidade abala a confiança fundada nos valores tradicionais, há a segurança ontológica que “se refere à crença que a maioria das pessoas têm na continuidade de sua auto-identidade e na constância dos ambientes de ação social e material circundantes” (Giddens, 2001, p. 35), assim, essa segurança ontológica tem relação com a tradição familiar e o hábito alimentar, pois carrega em si a afirmação da identidade dessas famílias.

A modernização tem impulsionado os/as agricultores/agricultoras para que deixem de operar com saberes e fazeres, entre eles o de produzir alimentos saudáveis para si e para todos, principalmente por transformações provocadas nas relações sociais, de produção, de distribuição e de consumo dos alimentos. Para Giddens (1991), o local encontra-se conectado ao global, que influencia e é influenciado por esse. Mas a tradição vivenciada no lócus do cotidiano é colocada em questão pela experiência vivenciada pelo indivíduo no tempo e espaço global. Por outro lado, o local também problematiza o global. Escobar (2005) cita que o local é capaz de assumir uma postura de resistência à visão dominante, encontrando novas práticas que possibilitem elaborar novos sentidos e significados a partir do seu contexto e particularidades locais, questionando a versão hegemônica da verdade e da vida.

Olhar para aqueles que garantem (produzem) o alimento na mesa para muitos, mas que também são consumidores, é fundamental neste contexto da modernidade reflexiva, a qual trouxe consigo mudanças, riscos, incertezas e adaptações. Assim, torna-se importante a compreensão das características e do sentido da produção para autoconsumo da família agricultora, pois ela se relaciona, para além da segurança alimentar, com a sociabilidade, a tradição, a reprodução social e a sua autonomia. Desse modo, como disse Portilho, Castaneda e Castro (2011), na era da alimentação globalizada, as fronteiras entre os contextos locais e global apresentam-se cada vez mais diluídas, e a alimentação constitui um fenômeno político único, pois o alimento, mais do que qualquer outro produto, é profundamente absorvido por complexas relações. Além de uma necessidade básica para a sobrevivência.

Em relação aos riscos, uma discussão mais recente trazida pela revista *The Lancet*, sob o título de “*Dynamics of the double burden of malnutrition and the changing nutrition reality*”, apresenta o duplo ônus da má nutrição. Os autores Popkin *et al.* (2019) descrevem este cenário como *Double burden of malnutrition*⁵ ou seja, há coexistência de situações distintas, que podem afetar uma mesma família: a desnutrição (por deficiência de micronutrientes e vitaminas), nanismo, sobrepeso, obesidade e doenças crônicas não transmissíveis - DCNT⁶, todas relacionadas à alimentação. A obesidade, segundo os dados da Organização Mundial da saúde (Who, 2020), atingiu proporções epidêmicas em todo o mundo, com pelo menos 2,8 milhões de pessoas morrendo a cada ano como resultado de sobrepeso ou obesidade.

Essa problemática mundial, segundo Poptkin *et al.* (2019), é decorrente das mudanças nos padrões alimentares e do sedentarismo, e também resultado de mudanças ambientais e sociais associadas ao desenvolvimento e à falta de políticas de apoio em setores como saúde, agricultura,

⁵ Traduzido pelas autoras como dupla carga de desnutrição.

⁶ As DCNTs são resultado de diversos motivos e determinantes sociais, além de fatores de risco individuais como tabagismo, consumo nocivo de álcool, inatividade física, alimentação não saudável e o consumo de alimentos processados industrialmente, que têm contribuído para o aumento de doenças relacionadas à alimentação (Popkin, *et al.*, 2019).

transporte, planejamento urbano, meio ambiente, processamento de alimentos, distribuição, marketing e educação. Soma-se a isso o fato de que estes sistemas alimentares resultaram em um aumento no consumo de alimentos ultraprocessados (Popkin *et al.*, 2019).

Há uma nova realidade nutricional que atinge tanto a cidade, como o campo, problemática intimamente ligada às mudanças que decorrem do processo capitalista e modernizador, e da inserção dos sistemas alimentares globais, que afetam negativamente a Segurança Alimentar e Nutricional. Diante desta realidade, a produção para o autoconsumo no campo contribui para a melhoria da qualidade de vida, constituindo-se em renda interna, potencializando a renda monetária disponível, que se destina a reduzir gasto monetário da família e melhorar a qualidade da alimentação (Cunha, et al., 2005). Além disso, é uma estratégia fundamental, segundo Grisa (2007), para diminuir a exposição da reprodução social às relações do mercado, propiciando a diversificação dos meios de vida, ampliando o leque de estratégias sob o qual está assentada a continuidade do grupo familiar e, assim, minimizando a sua vulnerabilidade.

REFLEXIVIDADE: AS FAMILIAS AGRICULTORAS E A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Ao iniciar a exposição das informações e dados da pesquisa de campo, é preciso entender a dinâmica familiar, pois ela ocupa – conforme argumentam autores como Lamarche (1993), Wanderley (2003), Almeida e Gerhardt (2011) – centralidade na dinâmica da agricultura familiar. No quadro 2 a seguir, é possível verificar que a composição familiar das 10 famílias entrevistadas, variaram entre 2 a 6 pessoas; a idade dos respondentes entre 27 a 59 anos, e o tempo de permanência destas famílias na propriedade entre 10 a 52 anos.

Quadro 2 - Características das famílias agricultoras entrevistadas, 2020

	Nº membros	Idade responsável	Idade cônjuge	Anos residência	Origem étnica**	Nº filhos/as	Nº filhos/as residentes
Família 1	2	27	24	27	italiano/ brasileiro ⁷	0	0
Família 2	4	47	47	14	brasileiro/ italiano	2	0
Família 3	4	56	50	30	português/ italiano	2	0
Família 4	4	52	51	52	italiano/ italiano	2	1
Família 5	6	53	51	26	brasileiro/ brasileiro	4	0
Família 6	5	59	58	40	italiano/ italiano	3	0

⁷ O termo brasileiro foi utilizado levando em conta o modo como os entrevistados se identificaram etnicamente. Deduz-se, que há relação com categorias como a de caboclo, com miscigenação de nativos ou negros e europeus.

Família 7	2	58		15	italiano/ italiano	1	0
Família 8	4	41	38	18	italiano/ brasileiro	2	2
Família 9	5	58	58	28	italiano/ português	3	2
Família 10	4	46	32	10	português/ italiano	2	2

Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

**Origem étnica do responsável seguida do cônjuge.

Em relação à análise dos/as filhos/as do quadro acima, apenas a família 1 não possui filho/a, as demais variaram de 1 a 4 filhos/as. Outro dado importante do quadro refere-se à identificação sobre em quais famílias os filhos permanecem na propriedade. Cabe destacar que a idade dos filhos das famílias 8 (12; 16 anos) e 10 (7; 9 anos), são menores de idade, e nas demais famílias (2, 3, 4, 5, 6, 9), os filhos já são adultos maiores de 18 anos. Destas, onde os filhos são adultos, apenas nas famílias 4 e 9 há permanência de algum dos filhos na propriedade. Mesmo não sendo foco principal, este aspecto foi investigado durante a pesquisa por se tratar de aspecto importante na dinâmica familiar, tendo em vista que configura uma das formas de fortalecimento da agricultura familiar e de continuidade da reprodução social destas famílias. Algumas falas remetem a essa situação, principalmente das famílias em que os filhos não permanecem na propriedade.

Que as famílias eram grandes daí tinha bastante pra se envolver nessas coisa (produção de alimentos), daí hoje em dia sozinho, não dá de fazer tudo que tem vontade (Entrevista 3) e a esposa complementa dizendo “nenhum filho ficou em casa” (Entrevista 3A);

Seria ela e eu hoje, teria os filhos, mas já saiu todos, eles só vêm se alimentar volte e meia (risos), nós dois fazemos todos os trabalhos [...] só está nos aqui os nossos três filhos saíram, então projeto assim pra ampliar não temos em mente mais, mas a gente quer só conservar o que tem, mas não aumenta mais (Entrevista 5)

É importante destacar que, devido a algumas limitações citadas durante a entrevistas (diário de campo), como a ausência de moinho e de mão de obra, problemas com o solo, que restringem a produção de alimentos, representam desafios aos(as) agricultores(as) e colocam em risco a manutenção da produção diversificada para o autoconsumo. Mas, por outro lado, essas condições não os impedem de manter a produção para autoconsumo, fazendo-se presente em todas as famílias entrevistadas, na qual foi possível observar uma diversidade de alimentos produzidos (mandioca, milho, carnes, leite, ovos, legumes, frutas, verduras, etc.), pois, através dela há uma garantia real do sustento da família e da qualidade do alimento.

A partir da análise das falas dos agricultores em relação à alimentação saudável, é possível observar a reflexividade em suas falas. Alimentação saudável para os agricultores/as tem relação estreita com a qualidade do alimento, aquele sem veneno/agrotóxico. A maioria relata que produzir seu alimento é importante porque eles sabem o que estão comendo, e se referem a uma alimentação

saudável com base na produção de alimentos como mandioca, batata, feijão, frutas e verduras, e, também, na criação de bovinos, suínos galinhas e peixes. Produção semelhante é descrita por Pereira (2014), na comunidade da Península do Cavernoso, no município de Candói-PR.

Para todos os entrevistados a alimentação saudável deve ser sem veneno/agrotóxico e produzida pelas mãos da família, como nos trechos das falas a seguir:

[...] alimentos como batatinha, tomate coisas produzidas no sitio né? frutas, algo neste sentido sem veneno (Entrevista 1).

[...] é aquilo que a gente produz aí pra consumo sem agrotóxico sem nada, e com certeza tem essa relação com a alimentação saudável, por que tu sabe o que está comendo... mandioca, batata, feijão, leite a gente tira faz o queijo é bem mais melhor né? (Entrevista 2).

[...] alimento saudável pra mim é sem agrotóxico (Entrevista 3).

[...] eu acho que é produzir sem agrotóxico e com adubo orgânico que a gente prepara, o sabor das coisas já muda se tu pegar uma daqui e uma da cidade já muda bastante ... é que nem fruta, verdura, salada que a gente produz na roça (Entrevista 4).

[...] é alimento sem agrotóxico produzido pela agricultura familiar ... porque aqui a gente produz pro nosso consumo sem veneno (Entrevista 5).

[...] o que nós produzimos é saudável, sem veneno ... batata, mandioca, legume, banana, tem relação com a alimentação saudável, a gente só não produz o arroz, o café, mas a maioria a gente produz aqui (Entrevista 6).

[...] é o que a gente produz aqui, sem veneno (Entrevista 6A).

[...] alimentos orgânicos, por que se você ir na parte de industrializados ele não é saudável, realmente não é saudável (Entrevista 7). (O agricultor/ar não falou diretamente o agrotóxico e /ou veneno, porém, o alimento orgânico, infere diretamente a ser alimento livre de contaminantes químicos).

[...] a gente sabe que isso que a gente produz é um alimento saudável por que não vai veneno e assim a gente tá se alimentando bem e é uma alimentação saudável e natural, que a gente mesmo planta, limpa, colhe e come esses alimentos (Entrevista 8).

[...] Eu acredito assim, que é tudo aquilo que tu produz na tua propriedade, sem nada de agrotóxico, esses são alimentos saudáveis (Entrevista 9).

[...] o alimento pra ser saudável não pode ter agrotóxico e um monte de química (Entrevista 10).

Para considerarmos uma alimentação enquanto saudável, é necessário observar que esta envolve diversos aspectos relacionados à qualidade, à quantidade, ao sistema de produção, aos aspectos higiênicos, entre outros. Complementar a isso, o Guia alimentar para a população brasileira (BRASIL, 2014) cita o envolvimento com aspectos biológicos e sociais do indivíduo, que devem respeitar a cultura e as necessidades alimentares; as dimensões de gênero, raça e etnia; sendo acessível do ponto de vista físico e financeiro; baseada em práticas produtivas adequadas e sustentáveis.

Diante desse cenário, a agricultura familiar tem se mostrado um campo reflexivo sobre o seu consumo e sua produção. Na alimentação saudável, seja no âmbito das múltiplas funções da

agricultura, seja as de base ecológica, o agricultor familiar/camponês é um ator social importante na manutenção da saudabilidade vinculada à relação de produção/agricultor/natureza e consumo. Para Brandenburg (2017, p.159), não é apenas a produção de alimentos em quantidade que define a segurança alimentar e nutricional, mas a produção de qualidade que contribui com a saúde da população. É nesse sentido que também se pode definir o papel da agricultura ecológica na sociedade: a produção de alimentos saudáveis.

Alguns agricultores/as referem-se também à preocupação com a quantidade de alimentos, além da qualidade: “[...] tudo que tu exagera nem que é sem agrotóxico também vai dá problema né tem que ter um limite das coisas né ... é acho que tem que ter limite nas coisas e sem agrotóxico, né?” (Entrevista 3); “[...] consumir os alimentos com moderação também que nem o arroz o feijão e a carne diminuir um pouco, por que a carne vermelha principalmente eu já diminuí bastante, mas tem gente que ainda não, a carne de peixe é mais saudável” (Entrevista 4). As duas entrevistas também citaram a importância de os alimentos serem produzidos pela agricultora familiar, reafirmando que seu papel social é muito importante no campo da alimentação e nutrição, não só das próprias famílias, mas também da sociedade.

Há preocupações com aspectos da saúde relacionados com os riscos do consumo de alimentos industrializados, como expressadas nas seguintes falas:

[...] porque no mercado os industrializado tudo tem química e aqui não, eu crio meu porco, tem a carne ali, as verduras, galinhas, ovos que a gente sabe o que está comendo, tudo isso a gente tem aqui, então o que a gente tem aqui na roça, a gente come o que é bom, que a gente sabe que é saudável. Mas nem todos podem né? que nem os da cidade não tem isso... que nem a banha, óleo pra que? Se você sabe todo o processamento da soja pro óleo, é complicado você vai comer coisas que não é bom, e pra saúde o natural é sempre melhor (Entrevista 7).

[...] hoje em dia tudo que tu come tem que ser saudável, por que a gente precisa saber o que tá comendo... que nem nós a gente aqui produz tudo orgânico e come diversos tipos de alimentos e tem vários que é pra vários tipos de doenças né, nós produzimos hortaliças, cenoura, beterraba, rabanete, feijão, arroz, bem pouca coisa a gente compra (Entrevista 8).

Ao questionar sobre a importância da produção de alimentos para o autoconsumo das famílias, as respostas, em sua maior parte, foram de considerar a qualidade do alimento em relação à produção sem agrotóxico. Respostas semelhantes foram obtidas quando questionados sobre o que eles/as consideraram alimentação saudável, apresentando ter relação direta entre produção de alimentos para autoconsumo e a alimentação saudável. Grisa (2007) observou considerações semelhantes sobre a existência do autoconsumo nos estabelecimentos rurais, justificando-se “consumir alimentos sem veneno” e “saber o que está consumindo”.

Segundo Portilho, Castaneda e Castro (2011), quando o alimento é visto como mais ou menos natural, que é mais ou menos sustentável, o que se tem, de fato, é a prevalência da dúvida. No caso dos agricultores, ao produzirem alimentos para o consumo da família, eles se sentem seguros frente às incertezas provenientes dos alimentos vindos do mercado, da contaminação dos aditivos químicos

e dos agrotóxicos. No entanto, isso não é plenamente assegurado, pois alguns deles produzem de forma convencional e/ou transgênica (rações, lavouras de soja, etc) seus cultivos e criações destinadas à venda, ou ainda convivem com transgressões pelo uso de agrotóxicos por vizinhos (como relatado em uma das entrevistas).

As famílias agricultoras evidenciam que, através do autoconsumo, é possível produzir alimentos saudáveis para o consumo, sem veneno, de forma natural e que lhes garantam a segurança sobre o que estão consumindo, um instrumento de manutenção dos saberes antepassados, e diminuição da dependência do mercado, com autonomia familiar. O quadro 3 contém as falas e as categorias que foram observadas, o que remete, principalmente, à seguridade do alimento (qualidade), à economia, à saúde, e à manutenção da cultura/tradição, compondo uma análise reflexiva em relação à importância do autoconsumo.

Quadro 3 – Categorias relacionadas à importância de produzir alimentos para autoconsumo das famílias agricultoras.

Qualidade do alimento	[...] produzir seu próprio alimento, vai produzir de uma forma mais com menos veneno, menos agrotóxico mais orgânico pra sua própria alimentação (Entrevista 1); [...] É importante por que é mais saudável por que a gente não produz com veneno, essas coisas (Entrevista 2); [...] porque é tudo saudável, né ... (Entrevista 6); [...] Tudo natural, sem veneno (Entrevista 6A); [...] o que a gente come a maioria é produzido aqui, noventa por cento do que a gente come é produzido aqui (Entrevista 5); [...] Sabe o que tá comendo né (Entrevista 5A); [...] Significa que a gente produz sem agrotóxico o que a gente planta e colhe de fruta e verdura tudo aqui é natural (Entrevista 3A).
Economia e saúde	[...] Eu acho que é bom pra saúde e pro lado econômico também fica muito bom (Entrevista 4); [...] é comer saudável, pra saúde da gente é melhor, dá trabalho, mas pelo menos a gente sabe o que tá comendo (Entrevista 6A); [...] Por que hoje a gente tem que pensar na saúde, e daí ali a alimentação é o principal, por que a gente tem que comer (Entrevista 7).
Tradição/cultura	[...] É importante, por que é natural, você sai dos conservantes, dá autonomia pra gente, resgata também dos antepassados que estão se perdendo, dentro desse contexto que tudo vem do mercado, plantar o próprio alimento é muito importante pra manter a história e autonomia da nossa família (Entrevista 10); [...] A gente se criou fazendo isso, é tudo pra nós, claro que agora a gente precisou mudar as coisas, os filhos saíram mas a gente continua fazendo (Entrevista 6); [...] a gente se criou plantando pra comer, claro que em bem menos quantidade, não dá mais pra plantar de tudo, que a terra é pouca e a gente precisa ter as vacas pra poder ter mais dinheiro pra sobreviver e comprar as outras coisas que precisa (Entrevista 7).
Economia e tradição	“[...] é o nosso sustento a gente sabe o que tá comendo, ajuda a reduzir gasto com o mercado também né?” (Entrevista 2); “[...] é o nosso sustento, de onde a gente tira o nosso alimento pra sobreviver, hoje é muito caro sobreviver sem essas coisas, e ir só lá comprar no mercado” (Entrevista 5); [...] É um meio de economizar, de saber o que você está comendo ... sei lá, mas a gente sempre fez isso, a minha mãe sempre plantou, é até falta de capricho a gente morar no interior e não tem um pé de salada na horta (Entrevista 9).

Fonte: Pesquisa de Campo, 2020.

Além dos aspectos econômicos, em algumas passagens das entrevistas conseguimos observar os laços afetivos que compreendem essa relação de produção para autoconsumo e a família agricultora, como no trecho da entrevista que relata que produzir para autoconsumo é tudo para a família (entrevista 8); e da entrevista 9, que remete ao cuidado e ao amor em cultivar seus próprios alimentos.

A gente começou faz nove anos produzir alimentos assim, só pro consumo da família e aí a procura começou o pessoal começou saber e procurar e aí a gente foi expandindo e agora a gente nem tem produção suficiente pra vender e assim a gente tem o sustento através dessa nossa produção e também tem a renda que vem através disso... a venda que começou com a produção de alimentos só pro consumo da família mesmo, então produzir alimentos é tudo pra nós é daqui que sai a comida da mesa (Entrevista 8).

Porque em primeiro lugar você não precisa comprar, segundo que você sabe da onde vem e como ele produzido, e tem o carinho pelas plantas também que você quando produz um alimento, tu cuida, tem amor nesses alimentos (Entrevista 9).

A ênfase dada pelos agricultores e agricultoras é de que a produção de autoconsumo vai muito além das preocupações com a origem dos alimentos ou com os riscos dos alimentos industrializados e o uso de agrotóxicos para alimentação; a produção de autoconsumo tem relação com a tradição, cultura, economia, saúde, autonomia e afetividade, e tem ligação direta com a segurança alimentar e nutricional. Parte desses elementos foi destacada por Valente (2002, p. 103), quando afirma que “os hábitos e práticas alimentares, tanto individuais como os familiares, são produtos da história e da vida de seus antepassados, um reflexo da disponibilidade de alimentos e de água na localidade em que residem e de sua capacidade econômica e física de ter acesso e produzir os mesmos”.

Da mesma forma, Grisa (2007), em seu estudo sobre “as funções que a produção para autoconsumo desempenha na agricultura familiar gaúcha”, identificou que as famílias, ao produzirem seu alimento para autoconsumo, constituem uma estratégia de fortalecimento de sua autonomia, visto que propiciam maior controle das unidades familiares sobre seus processos de produção e reprodução social. O auto abastecimento mantém sob controle da família (ao menos em parte) uma das dimensões mais importantes à sua reprodução, a alimentação.

A relação entre SAN e a economia para estas famílias é percebida como uma unidade que direciona à manutenção da propriedade e à permanência no campo. Maluf e Menezes (2015) ressaltam que a presença da produção para autoconsumo constitui, de fato, um importante instrumento de proteção frente às incertezas e oscilações da produção mercantil.

Em uma das entrevistas, há também uma referência à produção para autoconsumo como instrumento de autonomia: “É a nossa autonomia, o sustento, a nossa tradição e também faz bem pra saúde” (Entrevista 10), o que demonstra a relação direta com as dimensões de SAN. E quando os agricultores/as se preocupam em produzir um alimento de qualidade, que na visão deles deve ser sem

agrotóxicos e insumos industrializados, eles também estão se referindo ao cuidado com o meio ambiente, mesmo que nas falas isso não tenha sido dito diretamente.

A preocupação em saber sobre a origem dos alimentos consumidos pela família e a contaminação por agrotóxicos perpassam as noções da falta de confiança, pois tradicionalmente ela se dá pelas relações sociais em que há encaixes de tempo e espaço, ou seja, as ações são medidas por relações face a face. Mas a modernidade introduziu um dinamismo elementar nas relações humanas, com desencaixes de tempo e espaço, mediados pelos saberes técnicos/científicos dos peritos, que, pelas suas ações, geraria a confiança associada aos ambientes de incertezas e de riscos abstratos (Giddens, 2002).

Os agricultores/as familiares entrevistados estão situados nessa fronteira, utilizam de saberes especialistas para produzir, principalmente, o que é destinado ao mercado e, ao mesmo tempo, recorrem às tradições familiares para preservar graus de segurança e autonomia alicerçado em riscos relativamente controlados (alimentares e ambientais). Isso conduz à leitura de os/as agricultores/as, a partir de suas vivências, tomam para si as reflexões sobre suas vidas cotidianas, em que há continuidades e descontinuidades, para manter e circular noções de segurança e confiança que a produção de alimentos gera à família agricultora, como nas falas a seguir:

[...] por que tudo que tu comprar de fora tu não sabe o que tu ta comprando né? É desde que nem o porco, a gente cria boizinho a gente sempre abate em casa isso também né? verduras também a gente planta, mas daí compra é muito difícil essas coisas, então por causa disso que a gente se preocupa por que não sabe o que vem de fora (Entrevista 3).

[...] é o nosso sustento, é puxado mas por outro lado a gente trabalha em família, um ajuda o outro e é importante por que se você vai depender de comprar tudo no mercado não sabe o que está comendo e assim já não, por mais que é cansativo, mas faz bem pra saúde (Entrevista 8).

A confiança que vem através da produção de alimentos para o autoconsumo da família é possível de ser observada de forma clara na entrevista 3, na qual a desconfiança do alimento que provem da agroindústria, aliada à sua vivencia cotidiana, gera a reflexividade. A relação de confiança com os alimentos produzidos para autoconsumo e incerteza com produtos oferecidos para compra é observada na literatura em outros trabalhos já realizados sobre o tema, como em Grisa (2007); Menasche, Marques e Zanetti (2008); e Duval (2009). Para Hernández (2005), foi a industrialização que provocou a perda de algumas referências relativas ao lugar da produção, às matérias-primas e às técnicas de manipulação.

Os alimentos produzidos para autoconsumo são valorizados por possuírem uma qualidade nutricional superior aos alimentos comprados, retratando a segurança do alimento:

O que produz a gente sabe a qualidade que a gente produz... tem coisas que custa mais caro das vez do que no mercado que nem hoje um porco e um terneiro as vezes é mais barato tu ir lá e comprar no mercado do que tu produzir mas daí tem a qualidade né ... um boi de confinamento sabe quantos hormônios que eles aplicam? tu vende um bezerro magro dali a

sessenta dia ele tá que nem ... os boi chega se amarelo de gordura, mas será que é só silagem e ração? a gente não sabe o que eles aplicam, pra ganhar dinheiro hoje o povo faz qualquer coisa ... então a gente não faz isso nem que demore sessenta dias a mais pra tu abater pra poder consumir, mas é uma coisa necessária (Entrevista 3).

Essa mesma interpretação foi descrita pelas pesquisadoras Wagner, Marques e Menasche (2007) sobre o consumo dos alimentos industrializados, ou cuja origem era desconhecida, o que desperta uma sensação de insegurança, pois muitas respostas reforçam a preocupação com a presença de aditivos químicos nos alimentos, bem como de resíduos de agrotóxicos. Grisa, Gazzola e Schneider (2010) justificam essa sensação de insegurança através dos alimentos comprados, visto que a sua origem, processamento e manejo são desconhecidos.

Como cita Hernández (2005), os alimentos ditos modernos, classificados no limite do comestível, incitam à desconfiança, devido à artificialidade desta alimentação moderna, à insegurança da sua origem e à sua produção (adição de aditivos químicos, agrotóxicos). Isso revela que a reflexividade coloca em questão a confiança nos saberes peritos, baseados em sistemas abstratos, confiados ao dinamismo da modernização.

Semelhante ao que foi sendo evidenciado nesta pesquisa, Grisa, Gazzola e Schneider, já em 2010, apontavam três princípios da segurança alimentar alcançados com o autoconsumo: (1) a qualidade nutricional dos alimentos, tendo em vista que a produção para autoconsumo é sempre interpretada pelos agricultores como geradora da segurança alimentar, por conter uma qualidade nutritiva que seria superior à dos alimentos comprados, geralmente porque esta prática é realizada sem agrotóxicos e outros produtos químicos; (2) fornecimento de uma alimentação coerente com os hábitos de consumo local, o que significa para o agricultor poder acessar uma alimentação que condiga com o que ele e a sua família gostam de comer em suas refeições diárias, possibilitando suprirem as suas necessidades; e (3) a segurança alimentar que é atendida pelo autoconsumo concerne à diversidade de alimentos que podem ser produzidos e consumidos nas unidades familiares.

Quando os agricultores/as da presente pesquisa suscitam a importância do autoconsumo, este se associa com os preceitos da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN (Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006), que, em seu Art. 4º, inciso III, afirma que a SAN abrange a promoção da saúde, da nutrição e da alimentação de toda população (Brasil, 2006). Na medida em que os agricultores produzem e consomem seus próprios alimentos, eles buscam assegurar a qualidade (art. 3), a saúde (art. 4), a autonomia (art. 8), a economia (art. 3), o respeito à cultura e ao ambiente (art. 3). Mas, por outro lado, quando os agricultores/as têm dificuldade em manter a conservação da biodiversidade (inciso II, da LOSAN), seja por falta de incentivo de políticas públicas ou outras condições, ficam à mercê das sementes convencionais e transgênicas, e diminuem a conservação e produção de sementes crioulas, entre outros aspectos, comprometendo a Segurança

Alimentar e Nutricional, bem como a contaminação do solo, da água e dos alimentos, por insumos e agrotóxicos.

Duval (2010), em uma perspectiva sociológica qualitativa da produção para autoconsumo entre famílias rurais assentadas na fazenda Monte Alegre, região de Araraquara- SP, observou que a prática de produzir para autoconsumo é vista como fonte primária para obter nutrientes e manter a relação homem e natureza de forma mais sustentável, contribuindo também para uma alimentação variada, respeitando os aspectos culturais de gosto e preferências alimentares que garantem a segurança alimentar das famílias pesquisadas. O autor também encontrou resultados semelhantes em relação à segurança do agricultor/a em produzir seus alimentos, o que lhes permitem assegurar a procedência, a não utilização de agrotóxico e que esta produção para autoconsumo lhes asseguram uma alimentação balanceada, nutritiva e que beneficia a saúde da família.

A alimentação em tempos modernos encontra-se à mercê da contaminação dos alimentos por agrotóxicos, herbicidas, corantes e aditivos químicos, e do caos das informações, ora da ciência da nutrição, ora da mídia e da indústria alimentícia. O alimento vem se tornando meramente produto nesse sistema que transforma os hábitos alimentares. Como disse Pollan (2013, p.8) “nas últimas décadas mamãe perdeu grande parte da sua autoridade sobre o jantar, cedendo aos cientistas e marqueteiros da alimentação, e em menor grau, ao governo, com suas diretrizes alimentares em constante modificação, suas regras para rótulos”.

As sociedades estão cada vez mais adensadas à globalização e destradicionalização, como destaca Giddens (1991). E este sistema tem demonstrado muitas consequências, como as doenças crônicas não transmissíveis, obesidade, câncer e problemas ambientais (Luz, 2014; Poptkin *et al.*, 2019; Who, 2020). O consumo de alimentos transgênicos com agrotóxicos associados, utilizados principalmente em lavouras de cana de açúcar, soja, arroz e milho, tem sido relacionado à problemas neurológicos, alterações hormonais, infertilidade, câncer, entre outros (Friedrich *et al.*, 2015).

Giddens (1991, p.13) ressalta que nossas atividades cotidianas são cada vez mais influenciadas por eventos que acontecem do outro lado do mundo. Na ordem social considerada por Giddens (2001, p. 59) como pós-tradicional, perderíamos as referências dadas pelas tradições e teríamos que decidir e escolher por nós mesmos, “na condição de indivíduos e humanidade coletiva, o que é a natureza e como devemos organizar nossas vidas em relação a ela”. Mas, por outro lado, apesar dessa tendência mundial de se perder referências tradicionais e locais, a alimentação tem tomado espaço para discussões e reflexividade (Giddens, 1991), e, nesta situação atual, é importante destacar o papel do agricultor/a familiar, que, ao incorporar a reflexividade, contrariando a globalização, retoma a importância da tradição, e da cultura, e mantém, mesmo que reduzida, a produção dos próprios alimentos para autoconsumo, bem como busca manter estilos de vida locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao descrever como as famílias compreendem a relação da sua produção de alimentos destinada ao seu autoconsumo com a Segurança Alimentar e Nutricional, foi possível demonstrar como é significativa essa relação, permitindo observar que a reflexividade está presente nas falas dos agricultores/as, quando citam que a alimentação saudável para eles/as tem relação direta com a qualidade do alimento, sem veneno/agrotóxico e provenientes da produção de autoconsumo, o mais diversificada possível, dentro das possibilidades de cada família. A maior parte dos entrevistados relata que produzir seu alimento é importante porque eles sabem o que estão comendo, o que expressa a preocupação com aspectos da saúde relacionados com os riscos do consumo de alimentos industrializados, e com a contaminação dos alimentos por agrotóxicos. E se referem a uma alimentação saudável com base na produção de alimentos como mandioca, batata, feijão, frutas e verduras, e, também, na criação de bovinos, suínos, galinhas e peixes. Essa preocupação em saber sobre a origem dos alimentos consumidos pela família e sobre a contaminação por agrotóxicos perpassam as noções da falta de confiança (nos sistemas peritos), pois, tradicionalmente ela se dava pelas relações sociais em que há encaixes de tempo e espaço, ou seja, onde as ações são medidas por relações face a face.

A produção de autoconsumo para essas famílias tem relação com qualidade do alimento, com a saúde, com a manutenção da tradição/cultura e com a economia financeira. Tradição cultural que envolve também laços afetivos com a produção de alimentos para autoconsumo, muito valorizados por eles/elas, porque possuem qualidade nutricional superior aos alimentos comprados, mantém relações de aprendizados com seus ascendentes e com os saberes daí originados, que remetem, de certa maneira, às relações de uma agricultura familiar camponesa. Assim, ao retratar a relação com a segurança do alimento por eles/elas produzidos, e a nutrição da família pelos alimentos tradicionalmente produzidos e consumidos, revelam-se as ligações direta com a segurança alimentar e nutricional.

É perceptível que a reflexividade está presente nas dinâmicas familiares porque há uma autoconfrontação (Giddens, 2001; Beck, 2011), assim como a busca de uma segurança ontológica (Giddens, 2002), através do autoconsumo, que gera confiança para estes agricultores/as, porque vem através da produção de alimentos feita pela e para a família; e há, também, desconfiança pelo risco à saúde (pessoas e ambiente), proveniente do alimento da agroindústria alimentícia, pelas informações acessadas nos meios de comunicação e nas assistências técnicas aliadas às suas vivências cotidianas. Isso leva ao entendimento de que os agricultores/as, a partir de suas vivências, tomam para si as reflexões sobre suas vidas cotidianas, em que há continuidades e descontinuidades, para manter e

circular noções de segurança e confiança que se relacionam com a produção e o consumo dos alimentos pelas famílias agricultoras.

Produzir o alimento para autoconsumo da família, como já disse Escobar (2005) e Ploeg (2009), assume um papel de resistência, frente à modernização da alimentação, que se industrializa e se homogeneiza. O autoconsumo assume papel de resistência identitária (Pollan, 2013).

Ao reforçar saberes-fazer oriundos de suas tradições familiares, que lhes asseguram certa segurança ontológica, observamos que o conhecimento sobre a produção de alimentos para autoconsumo está imbricado, para a maior parte deles/delas, com os conhecimentos básicos sobre a época de plantar e colher, passados pelos pais e avôs, ou seja, passados de geração em geração, com os ensinamentos técnicos alternativos, que auxiliam na continuidade, incorporando novos elementos, a exemplo de saberes-fazer da agricultura agroecológica. Tais imbricações vão reconfigurando as práticas socialmente constituídas pelas famílias agricultoras que retratam a confiança em sua tradição e ao mesmo tempo promove um diálogo com alternativas técnicas que as respeitam.

A produção para autoconsumo, além de estar relacionada a aspectos de SAN, nas falas dos agricultores/as, também se torna um elemento capaz de fortalecer o vínculo da família com o lugar em que vive e da continuidade da sua tradição em produzir alimentos, assegurando alimentos seguros para o consumo de toda a família. Percebemos que existe alguns vieses que interferem negativamente na continuidade da produção de alimentos para o autoconsumo das famílias entrevistadas, como os problemas com doenças, a saída dos filhos da propriedade, a falta de mão de obra, as características do lugar (disponibilidade de água, pequena propriedade, solo ruim, que foram citados no diário de campo). E, mesmo com suas dificuldades, o autoconsumo está presente em todas as famílias.

Assim, a produção de autoconsumo continua presente no seio das famílias agricultoras, pois, através dela, há uma garantia real do sustento da família e da qualidade do alimento. Isso se justifica devido ao fato de que, sem a produção para o autoconsumo, o agricultor familiar não consegue a diversificação das estratégias de vivência, porque a renda com atividades produtivas direcionadas apenas ao mercado teria que atender a todas as necessidades, acrescida pelas compras de alimentos no mercado, em geral a preços muito superiores, sendo necessário ao grupo doméstico dispendir quase todas as suas “forças” para isso (Gazzola; Schneider, 2007, p. 98).

Desse modo, podemos considerar que a produção de alimentos voltada ao autoconsumo tende a garantir a Segurança Alimentar e Nutricional destas famílias, uma vez que, estando enraizada na história vivida pelas famílias, tem por atributos a diversidade, a qualidade, a economia, os laços afetivos e de história com os seus aprendizados, assim como a disponibilidade do alimento durante todo o ano. Ao menos é assim parecem entender os agricultores/as que consideram a produção para autoconsumo como forma de sustento, saúde, afeto, tradição, segurança, autonomia, economia e uma maneira de se manter seguros frente às incertezas e riscos dos alimentos “modernos”.

REFÊRENCIAS

- ALMEIDA, J., GERHARDT, T. E. *A modernização da agricultura*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2011, p.1-94.
- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições, 70, 2016.
- BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: *Modernização Reflexiva: Política, tradição e estética na ordem social moderna*. 2. ed. São Paulo: EDUNESP, 2012, p. 11-88.
- BECK, U. *Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2. ed. 2011, p. 384, 2011.
- BRANDENBURG, A. Ecologização da agricultura familiar e ruralidade. In: DELGADO, G. C. BERGAMASCO, S. M. P. P. (Orgs.). *Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro*. Brasília: MDA, 2017.
- BRASIL. *Decreto nº 9.064*, de 31 de maio de 2017. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. Diário Oficial da União, DF, 05 mai. 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9064.htm>. Acesso em: 14 maio 2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.
- CONSEA. *Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. A Segurança Alimentar e Nutricional e o direito à alimentação adequada no Brasil: Indicadores e monitoramento, da constituição de 1998 aos dias atuais*. Brasília, nov. 2010.
- CORONA, H. M. P. *A reprodução social da agricultura familiar na região metropolitana de Curitiba em suas múltiplas interrelações*. 317f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.
- CUNHA, L. H.; GOMES, R. A.; MENEZES, M. A.; MALAGODI, E. A.; IENO NETO, G. A construção de índices como instrumentos para retratar a realidade social: uma análise crítica. In: Ministério do Desenvolvimento Agrário; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), (Orgs.). *Assentamentos em Debate*. Brasília: NEAD; p. 40-56, 2005.
- DORIGON, C.; NESI, C. N.; TONEZER, C.; HAAG, Á. L. A produção de alimentos para o autoconsumo em famílias de agricultores da região oeste do Estado de Santa Catarina. *Redes* (St. Cruz Sul, Online), v.25, Ed. Especial 2, p. 2060-2085, 2020.
- DUVAL, H. C. *Da terra ao prato: um estudo das práticas de autoconsumo em um assentamento rural*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de São Carlos, Araras, p. 194, 2010.
- EMATER. Perfil da realidade agrícola municipal de Ampére – Pr. 2018 (dados não publicados).
- ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, E. (Org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005.
- FONSECA, A. B.; SOUZA, T. S. N.; FROZI, D. S.; PEREIRA, R. A. Modernidade alimentar e consumo de alimentos: contribuições socio-antropológicas para a pesquisa em nutrição. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 9, p. 3853-3862, Sept. 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-81232011001000021>>. Acesso em: 20 nov. 2020.
- FRIEDRICH, K.; MEIRELLES, L. C.; SILVA, S. L.; MATTAR, R. *Parecer técnico. Avaliação dos efeitos tóxicos sobre o sistema reprodutivo, hormonal e câncer para seres humanos após o uso do herbicida 2,4-D*. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2015. Disponível em:

- <http://www.mprj.mp.br/documents/20184/48860/2.4_d_compressed.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2020.
- GAZOLLA, M. *Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS*. Porto Alegre, 2004.
- GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, UFRRJ, Rio de Janeiro: v. 15, p. 89-122, 2007.
- GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Qual “Fortalecimento” da Agricultura Familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. *RESR*, Piracicaba-SP, vol. 51, nº 1, p. 045-068, Jan/Mar, 2013.
- GIDDENS, A. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: *Modernização Reflexiva: Política, tradição e estética na ordem social moderna*. 2. ed., São Paulo: EDUNESP, p.89-166, 2012.
- GIDDENS, A. *Em defesa da sociologia. Ensaios, interpretações e tréplicas*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- GIDDENS, A. Introdução. In: *As consequências da modernidade*. São Paulo: EDUNESP. 1991.
- GIDDENS, A. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- GRISA, C. *A produção “pro gasto”: um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul*. 2007. 200 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- GRISA, C.; SCHNEIDER, S. “Plantar pro gasto”: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. *Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 46, n. 2, p. 481-515, jun. 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/resr/v46n2/v46n2a08.pdf>>. Acesso em: 7 set. 2021.
- GRISA, C.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A “produção invisível” na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. *Agroalimentária*, v. 16, n. 31, p. 65-79, jul. 2010.
- HERNÁNDEZ, J. C. S. Patrimônio e Globalização: o caso das culturas alimentares. In: CANESQUI, A. M.; GARCIA, R. W. D. (Org.) *Antropologia e nutrição: um diálogo possível*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005, p.129-144.
- IBGE. Quadro de dados de Ampére, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/ampere.html>. Acesso em: 08 mar. 2021.
- IBGE. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2020 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2020.
- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/index.php>>. Acesso em: 10 de jun. 2020.
- LAMARCHE, H. (Coord.). *Agricultura familiar: 1. Uma realidade multiforme*. Campinas: Unicamp, 1993.
- LUZ, V. G. *(In)segurança alimentar e nutricional em agricultores familiares e o uso da terra no município de Ibiúna, SP*. 2014. 182f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/312700>>. Acesso em: 10 jun. 2020.
- MALUF, R. S.; MENEZES, F. *Caderno ‘segurança alimentar’*. 2015. Disponível em: <https://ideiasnamesa.unb.br/upload/bibliotecaIdeias/1391606568Caderno_Seguranca_Alimentar.pdf>. Acesso em: 15 mar 2020.
- MENASCHE, R. *A agricultura familiar à mesa. Saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari*. Editora Universidade Federal Rio Grande do Sul. Série Estudos e Pesquisas IEPE, abr., 2007.

- MENASCHE, R.; MARQUES, F. C.; ZANETTI, C. Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. *Rev. Nutr.*, Campinas, v. 21, supl. p. 145s-158s, Aug. 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1415-52732008000700013>>. Acesso em: 15 mar. 2021.
- MINAYO, M. C. S. O desafio do Conhecimento. *Pesquisa qualitativa em Saúde*. São Paulo: Hucitec. 2010.
- ONU, Organizações das Nações Unidas. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. *Relatório*. Traduzido pelo Centro de Informação das Nações Unidas-Brasil (UNIC Rio), 13 de outubro de 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2020.
- PEREIRA, A. A. *A Segurança Alimentar e Nutricional e o desenvolvimento da Agricultura familiar: Um estudo na comunidade da península do Cavernoso no município de Cândói-Pr*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Pato Branco, PR, p. 142, 2014.
- PLOEG, J. D. V. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSEN, P. *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 17-31, 2009.
- POLLAN, M. *Em defesa da comida*. Tradução: Adalgiza Campos da Silva. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2013.
- POPKIN, B., CORVALAN, C., GRUMMER-STRAWN, L. *Dynamics of the double burden of malnutrition and the changing nutrition reality*. *Lancet*, v. 365, p.65–74, 15 de dezembro de 2019. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(19\)32497-3](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(19)32497-3). Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0140673619324973>>. Acesso em: 18 mar 2020.
- PORTILHO, F.; CASTANEDA, M.; CASTRO, I. R. R. de. A alimentação no contexto contemporâneo: consumo, ação política e sustentabilidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 99 106, Jan, 2011. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000100014>.
- RICHARDSON, R. J. *Pesquisa social métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 2010.
- RIGON, S. A. (org.) et al. Grupo de Trabalho em Soberania e Segurança Alimentar da Articulação Nacional de Agroecologia - GT SSA/ ANA. *Soberania e segurança alimentar na construção da agroecologia: sistematização de experiências*. Rio de Janeiro: FASE, 2010.
- ROSSET, P. *Soberanía Alimentaria: Reclamo Mundial del Movimiento Campesino*, p. 1-6, 2004. Disponível em <https://nyeleni.org/IMG/pdf/RossetSobAlimFinal.pdf>. Acesso em: 20 dez 2020.
- SILVA, E. J. *A trajetória de ampere*, 2020. Disponível em: <https://eronportal.com.br/espaco-municipal-a-pagina-da-minha-terra-ampere-a-cidade-do-emprego>. Acesso em:17 set 2020.
- VALENTE, F. *Direito humano à alimentação: desafios e conquistas*. São Paulo: Cortez, 2002, p. 272.
- SEYFERTH, G. Campesinato e o Estado no Brasil. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 395-417, ago. 2011. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S0104-93132011000200006>>. Acesso em: 23 jun. 2019.
- WAGNER, S. A.; MARQUES, F. C.; MENASCHE, R. Agricultura familiar à mesa. In: *Agricultura familiar à mesa: Saberes e práticas da alimentação no vale do taquari*. Porto Alegre: UFRGS, p. 58-77, 2007.
- WANDERLEY, M. N. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 42-61, out. 2003. Disponível em:<<https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto-6.pdf>>. Acesso em: 26 jun 2020.
- WHO, *World Health Organization. Obesity and overweight*. 2020, disponível em: <<https://www.who.int/news-room/facts-in-pictures/detail/6-facts-on-obesity>>. Acesso em: 22 jul 2020.